

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES	19
§ 1. O PROBLEMA.....	23
Introdução	23
§ 2. QUESTÃO PREJUDICIAL: O DIÁLOGO HERMENÊUTICO ENTRE PROCESSO CIVIL E PROCESSO DO TRABALHO	33
2.1. Introdução: o lacunoso processo trabalhista quanto à negociação processual e o necessário diálogo de sistemas	33
2.2. O alcance da autonomia processual trabalhista e a dependência normativa do CPC	35
2.2.1. A comunicabilidade entre o sistema processual civil e o sistema processual trabalhista	35
2.2.2. A autonomia do processo do trabalho	37
2.2.3. O processo do trabalho como um procedimento especial?	40
2.3. O diálogo necessário entre o art. 15 do CPC e o art. 769 da CLT	48
2.3.1. Concordância prática ou revogação normativa	48
2.3.2. Aplicação supletiva e subsidiária ao processo do trabalho. Requisitos objetivos para a “migração” do art. 190 e de negócios processuais típicos.....	56
2.3.3. Aplicação supletiva e subsidiária ao processo do trabalho. Limites à “migração” do art. 190 do CPC e de negócios processuais típicos: a abertura semântica à “compatibilidade”	61
2.3.4. Exemplos de heterointegração evolutiva e de dissensos sobre “compabitilidade”.....	65
2.3.4.1. Aplicação da multa do art. 523 do CPC	65
2.3.4.2. Remessa <i>ex officio</i> do recurso ordinário	70
2.3.4.3. Conhecimento <i>ex officio</i> da prescrição	72
2.3.4.4. Desconsideração da personalidade jurídica (arts. 133 a 137 do CPC).....	76
2.3.4.5. Fundamentação da sentença (art. 489 do CPC)	78
2.4. A lacunosa incompletude do sistema processual trabalhista	81
2.4.1. Considerações iniciais sobre a noção de lacuna.....	81

2.4.2.	Lacunas no processo e no processo do trabalho	84
2.5.	Necessária heterointegração dos sistemas processuais	89
2.5.1.	Os diferentes tipos de diálogos e a heterointegração processual ...	89
2.5.2.	Posição adotada	95
2.6.	O caso particular dos negócios jurídicos processuais: uma interpretação possível.....	101
2.7.	O papel construtivo da Justiça do Trabalho e a Instrução Normativa 39/2016: as <i>grandes opções</i> de compatibilidade.....	105
2.8.	Conclusão parcial.....	112
§ 3. A EVOLUÇÃO LEGISLATIVA LABORAL COMO UMA HISTÓRIA DE PROGRESSIVA AUTONOMIA NEGOCIAL		117
3.1.	Introdução.....	117
3.2.	A evolução da autonomia negocial no plano do <i>direito coletivo</i> do trabalho: o reforço gradual do poder e prestígio dos sindicatos na negociação coletiva	118
3.2.1.	O crescimento dos sindicatos e do seu papel de representação da classe vulnerável ao capital. O modelo constitucional de 88 e o pluralismo normativo	118
3.2.2.	A exigência de <i>acordo prévio</i> para instauração de dissídio coletivo. O reforço democrático e do consenso nas lides coletivas	123
3.2.3.	O declínio do poder normativo da Justiça do Trabalho.....	132
3.2.4.	A Ultra-atividade das convenções coletivas. O Enunciado 277 da Súmula TST e o poder normativo sindical.....	135
3.2.5.	Amplitude do poder negocial e normativo do sindicato com a Reforma	140
3.2.6.	A negociação <i>in pejus</i> e a consciência da negociação e vontade coletiva como melhor mecanismo de defesa dos interesses da classe	149
3.3.	O papel da Reforma Trabalhista no reforço da autonomia individual do trabalhador	150
3.3.1.	O contexto legislativo da Reforma	150
3.3.1.1.	Concretizações da relevância da vontade individual do trabalhador no direito material e processual do trabalho. O empoderamento do trabalhador pela Reforma.....	156
3.3.1.1.1.	Possibilidade do estabelecimento, por acordo individual, de jornada de trabalho de 12h seguidas por 36h ininterruptas de descanso, assim como banco de horas – art. 59-A e 59 §5º da CLT	156
3.3.1.1.2.	Livre negociação em contrato de trabalho individual para trabalhadores que afirmam salário igual ou superior ao dobro do limite dos	

	benefícios da previdência – art. 444, parágrafo único da CLT	159
3.3.1.1.3.	Extinção do contrato de emprego por acordo entre empregado e empregador – art. 484-A da CLT.....	164
3.3.1.1.4.	Cláusula compromissória de arbitragem para empregador cuja remuneração seja igual ou superior a duas vezes o limite máximo dos benefícios da previdência – art. 507-A da CLT ...	167
3.3.1.1.5.	Quitação da rescisão contratual e quitação anual das obrigações trabalhistas, com eficácia liberatória, por acerto individual – arts. 477 e 507-B da CLT	176
3.3.1.1.6.	Consentimento obrigatório e prévio do trabalhador para o desconto das contribuições sindicais – art. 545 da CLT.....	180
3.3.1.1.7.	Incidente de descon sideração da personalidade jurídica sob dependência de requerimento da parte – art. 855-A da CLT.....	185
3.3.1.1.8.	Homologação de acordo extrajudicial, por petição conjunta de advogados, em sede de jurisdição voluntária – art. 855-B da CLT	191
3.3.1.1.9.	Fim do início <i>ex officio</i> da execução, em caso de as partes estarem acompanhadas de advogados – art. 878 da CLT.....	204
3.3.1.2.	Violação do princípio da isonomia e discriminação injustificada?	211
3.4.	O impacto da Lei de Liberdade Econômica	213
3.5.	Conclusão parcial: o sentido histórico da evolução do direito coletivo e individual do trabalho como premissa básica para a releitura da IN 39/16. O empoderamento processual que falta	216
§ 4. A DISCUSSÃO EM TORNO DA ARBITRAGEM INDIVIDUAL TRABALHISTA: UM PRESSUPOSTO PARA O REFORÇO DA AUTONOMIA DO TRABALHADOR NO PROCESSO		223
4.1.	Introdução: o debate sobre a admissibilidade da arbitragem individual trabalhista – o mesmo ceticismo à negociação processual	223
4.2.	Enquadramento legislativo da arbitragem no direito do trabalho	224
4.3.	Problemas estruturais na Justiça do Trabalho?	227
4.4.	Uma Justiça do Trabalho consensual e multiportas.....	231
4.5.	Arbitragem pelo <i>Ministério Público</i> do Trabalho.....	236
4.6.	Arbitragem no direito coletivo do trabalho	238
4.7.	Arbitragem no direito individual do trabalho.....	240

4.7.1.	Tese que pugna pela não admissibilidade da arbitragem no direito individual do trabalho.....	240
4.7.2.	Tese que pugna pela admissibilidade da arbitragem no direito individual do trabalho.....	247
4.7.3.	Posição adotada	264
4.8.	O que mudou com a Reforma Trabalhista (Lei n.º 13.467/2017)	272
4.9.	Conclusão parcial: a necessária reinterpretação da IN 39/2016 do TST à luz dos recentes movimentos legal e jurisprudencial que admitem a arbitragem no direito individual do trabalho.....	275
§ 5. O ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA COMO PRESSUPOSTO PARA O REFORÇO DA AUTONOMIA DO TRABALHADOR NO PROCESSO.....		281
5.1.	Introdução: o empoderamento da pessoa com deficiência vs. o trabalhador incapaz – O novo paradoxo criado pela IN 39/16	281
5.2.	O movimento internacional de capacitação do cidadão portador de deficiência.....	282
5.3.	O Estatuto da Pessoa com Deficiência – Lei n.º 13.146, de 6 de Julho de 2015.....	286
5.3.1.	A mudança de paradigma	286
5.3.2.	Tomada de decisão apoiada	295
5.4.	As repercussões do Estatuto da Pessoa com deficiência no plano do processo civil	297
5.4.1.	Capacidade processual	297
5.4.2.	Legitimidade para procedimento que define os termos da curatela	298
5.4.3.	Capacidade para ser testemunha	299
5.4.4.	Admissibilidade da negociação processual pelas pessoas com deficiência	302
5.5.	Conclusões parciais: as repercussões no plano processual laboral.....	304
§ 6. DO CONFLITO APARENTE ENTRE O PRINCÍPIO DO <i>FAVOR LABORATORIS</i> E O AUTORREGRAMENTO DA VONTADE DAS PARTES.....		309
6.1.	Introdução: do alegado conflito principiológico aparente no art. 190 CPC (autorregramento da vontade das partes no processo vs princípio do <i>favor laboratoris</i>).....	309
6.2.	Teoria clássica do princípio do <i>favor laboratoris</i>	311
6.2.1.	A teoria clássica do princípio do <i>favor laboratoris</i> no direito do trabalho	311
6.2.2.	Os subprincípios do princípio da proteção do trabalhador.....	315
6.2.3.	As insuficiências dogmáticas do princípio da proteção no direito laboral	320
6.2.4.	O princípio da proteção como um salvo-conduto de garantias mínimas e limite ao retrocesso social.....	324

6.2.5.	Amplitude do princípio da proteção no direito coletivo do trabalho.....	327
6.2.6.	A situação dos princípios do direito do trabalho no cenário pós-Reforma. Um embate no princípio da proteção	330
6.2.7.	Posição adotada	335
6.3.	Da aplicação do princípio da proteção no <i>processo</i> do trabalho	345
6.3.1.	O “estado da arte”	345
6.3.2.	Posição adotada	352
6.4.	O <i>diálogo necessário</i> entre os princípios do processo do trabalho e o princípio do autorregramento da vontade no processo	356
6.4.1.	O princípio do autorregramento como um princípio geral do processo aplicável também ao processo do trabalho.....	356
6.4.2.	A abertura sistemática dos vários processos à admissibilidade de negócios processuais	360
6.4.3.	A abertura necessária que falta do processo do trabalho às influências do autorregramento da vontade das partes	363
6.4.4.	A permeabilidade ao consenso no processo do trabalho	365
6.4.5.	Compatibilidade principiológica do sistema processual laboral com as convenções processuais.....	368
6.4.6.	Valorização da cooperação também no processo do trabalho.....	372
6.5.	Princípio paternalista?.....	376
6.5.1.	Colocação do problema	376
6.5.2.	A noção de paternalismo	376
6.5.3.	O anti-paternalismo na filosofia do direito.....	379
6.5.4.	O paternalismo jurídico justificado na filosofia do direito.....	381
6.5.5.	Uma Instrução Normativa paternalista?	385
6.6.	Um novo <i>princípio da proteção da autonomia do trabalhador?</i>	389
6.7.	Conclusões parciais.....	393

§ 7. CLÁUSULA GERAL DO 190 DO CPC (I PARTE)

§7.I.	“DIREITOS QUE ADMITAM AUTOCOMPOSIÇÃO” – A NÃO AFETAÇÃO DE DIREITOS IRRENUNCIÁVEIS	397
7.I.1.	Introdução: do alegado conflito normativo entre o requisito objetivo do art. 190 do CPC com o princípio da indisponibilidade dos direitos trabalhistas	397
7.I.2.	Princípio da irrenunciabilidade no direito material do trabalho	398
7.I.2.1.	Delimitação conceptual: entre indisponibilidade, irrenunciabilidade, intransigibilidade, inderrogabilidade.....	398
7.I.2.2.	A tendencial indisponibilidade dos créditos laborais?	405

7.1.2.3.	As contradições normativas que enfrenta o princípio da indisponibilidade.....	408
7.1.2.4.	Que direitos seriam indisponíveis?	413
7.1.2.5.	Fundamento do princípio da indisponibilidade	416
7.1.2.6.	Pressupostos de validade do ato de renúncia e de transação.....	421
7.1.2.7.	Posição adotada.....	424
7.1.3.	Indisponibilidade também no processo do trabalho?	436
7.1.3.1.	O publicismo e hiperpublicismo processual	436
7.1.3.2.	Um princípio da indisponibilidade no processo do trabalho como algo além do mero publicismo tradicional? ...	440
7.1.3.3.	Desmistificação da natureza cogente das normas de direito processual do trabalho.....	443
7.1.4.	A importância da <i>indisponibilidade do direito material</i> na leitura do art. 190 do CPC no processo do trabalho.....	446
7.1.4.1.	O art. 190 do CPC e requisito objetivo de convencionalidade: “direitos que admitam autocomposição”.....	446
7.1.4.2.	Tendencial “irrelevância” argumentativa da indisponibilidade dos créditos salariais trabalhistas para a validade da negociação processual no processo do trabalho	451
7.1.4.3.	Demandas onde não há direitos indisponíveis trabalhistas.....	456
7.1.4.3.1.	Parcelas devidas de relações de trabalho (autônomo, eventual, avulso, de pequena empreitada, prestação de serviços e outras)...	457
7.1.4.3.2.	Ações sobre representação sindical, entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores, entre sindicatos e empregadores e litígios envolvendo o direito de greve.....	460
7.1.4.3.3.	<i>Habeas corpus</i> e <i>habeas data</i>	463
7.1.4.3.4.	Indenização por danos morais ou patrimoniais, incluindo decorrentes de acidentes de trabalho e dano ricochete	465
7.1.4.3.5.	Penalidades administrativas.....	468
7.1.4.3.6.	Outras querelas resultantes das obrigações de trabalho.....	470
7.1.4.4.	Argumento de maioria de razão: quem pode no processo transigir sobre direitos materiais, mesmo que supostamente indisponíveis, haverá de poder negociar sobre direitos que não o são, como é o caso dos processuais...	472
7.1.4.5.	Da disponibilidade do próprio direito de ação e de outras faculdades processuais.....	473

§ 7. CLÁUSULA GERAL DO ART. 190 (II PARTE)

§ 7.II. A VULNERABILIDADE DO ART. 190 E A RELAÇÃO DE TRABALHO	477
7.II.1. Introdução	477
7.II.2. O problema da liberdade e da autonomia no discurso político e os seus reflexos na relação de emprego	478
7.II.2.1. Liberdade discursiva como ausência de dominação.....	478
7.II.2.2. Autonomia do trabalhador	481
7.II.3. Da noção de vulnerabilidade	485
7.II.3.1. Vulnerabilidade vs hipossuficiência – uma análise conceitual e jurídico-dogmática.....	485
7.II.3.2. Noção e espécies	494
7.II.3.3. Classes de pessoas genericamente tidas como vulneráveis	500
7.II.3.3.1. Consumidor	501
7.II.3.3.2. Vulnerabilidade no direito europeu do consumo. Uma perspectiva comparada.....	506
7.II.3.3.3. Menor, idoso e índio	513
7.II.3.3.4. Pessoa com deficiência ou problema mental/físico transitório ou permanente	518
7.II.3.3.5. Contraente débil.....	519
7.II.3.3.6. Mulheres	521
7.II.3.3.7. Alimentando	523
7.II.3.3.8. Empregado e Empregador.....	525
7.II.3.4. Problemas críticos e politização da noção de vulnerabilidade.....	532
7.II.3.5. Proposta: a plasticidade da vulnerabilidade ao serviço da identificação e compreensão das diferenças nas relações trabalhistas.....	536
7.II.4. Da aferição da vulnerabilidade em razão dos sujeitos intervenientes no processo do trabalho	540
7.II.4.1. A ausência de vulnerabilidade do Ministério Público do Trabalho	540
7.II.4.2. A ausência de vulnerabilidade dos sindicatos e outras organizações coletivas.....	546
7.II.4.3. A ausência de vulnerabilidade do trabalhador autônomo, parassubordinado e informal.....	554
7.II.4.4. A ausência de vulnerabilidade de terceiros	558
7.II.4.5. A ausência de um estado de vulnerabilidade generalizado dos empregados	562

7.II.4.5.1.	A necessária discriminação entre empregados.....	562
7.II.4.5.2.	Alguns dados sobre a vulnerabilidade no mercado de trabalho.....	568
7.II.4.5.3.	Grupos de trabalhadores com vulnerabilidade inexistente ou mitigada	570
7.II.4.5.3.1.	Altos empregados.....	571
7.II.4.5.3.2.	Trabalhadores de elevado valor econômico.....	580
7.II.4.5.3.3.	Trabalhadores que auferem salário superior a duas vezes o teto da previdência e que detêm diploma de ensino superior	581
7.II.4.5.3.4.	Trabalhadores com estabilidade	587
7.II.5.	Vulnerabilidade processual.....	588
7.II.5.1.	A necessidade de discriminar dentro do processo e isonomia dinâmica. A vulnerabilidade ao serviço da isonomia processual.....	588
7.II.5.2.	Causas objetivas de vulnerabilidade processual.....	589
7.II.5.2.1.	Vulnerabilidade processual por questões econômicas.....	589
7.II.5.2.2.	Vulnerabilidade processual por questões etárias e de saúde.....	592
7.II.5.2.3.	Vulnerabilidade processual por questões geográficas	594
7.II.5.2.4.	Vulnerabilidade processual por questões informacionais.....	595
7.II.5.2.5.	Vulnerabilidade processual por questões organizacionais	596
7.II.5.2.6.	Vulnerabilidade processual por questões técnicas	603
7.II.5.2.6.1.	Caso particular do <i>jus postulandi</i> na Justiça do Trabalho como início de vulnerabilidade.....	606
7.II.5.2.6.2.	A inversão e dinamização do ônus probatório como forma de tutela do vulnerável técnico no processo do trabalho.....	610
7.II.6.	A tutela adequada do trabalhador vulnerável pela salvaguardada do art. 190 parágrafo único do CPC	616
7.II.6.1.	A técnica legislativa do 190.º do CPC e o uso de conceitos jurídicos indeterminados.....	616

7.II.6.2.	A capacidade exigida pela cláusula do art. 190 do CPC: a capacidade processual negocial	618
7.II.6.3.	A “manifesta vulnerabilidade” como filtro adequado para a tutela do empregado vulnerável na celebração de negócios processuais	623
7.II.6.3.1.	O resguardo dos poderes de gestão do juiz no controlo da igualdade processual	623
7.II.6.3.2.	O fundamento normativo da tutela do vulnerável na negociação processual	627
7.II.6.3.3.	Qual a “vulnerabilidade” relevante para efeitos do parágrafo único do art. 190 do CPC?.....	629
7.II.6.3.4.	Vulnerabilidade da relação jurídica material como indício e nunca como presunção de vulnerabilidade processual.....	637
7.II.6.3.5.	Momento de aferição da vulnerabilidade	641
7.II.6.3.6.	Vulnerabilidade como requisito autônomo?... ..	644
7.II.6.3.7.	Vulnerabilidade como requisito insuficiente à nulidade do negócio processual. Negócio celebrado por parte vulnerável, instrumentalidade das formas e transcendência. A inexistência de prejuízo.....	645
7.II.6.3.8.	Especial cuidado do magistrado trabalhista no controlo da vontade do trabalhador no plano da existência e de perquirir o consentimento expresso no plano da vontade	648
7.II.6.3.9.	Vulnerabilidade e necessidade de sujeição a contraditório prévio.....	653
7.II.6.3.10.	A vulnerabilidade como um conceito individual mas também relacional.....	655
7.II.6.4.	Tutela do trabalhador vulnerável pela cláusula geral de “inserção abusiva em contrato de adesão”.....	658
7.II.6.5.	Interpretação de cláusulas de negócios processuais de parte vulnerável ou aderente: interpretatio favor laboratoris e interpretatio contra stipulatorem.....	664
7.II.6.6.	Migração das condições e limites do art. 190 do CPC para a negociação processual típica como forma adequada de proteção do trabalhador vulnerável?	668
§ 8.	O ESTADO DA ARTE ACERCA DA ADMISSIBILIDADE DOS NEGÓCIOS PROCESSUAIS NO PROCESSO DO TRABALHO	673
8.1.	O “estado da arte”.....	673
8.1.1.	A <i>auctoritatem communitatis</i>	673
8.1.2.	Jurisprudência trabalhista	674

8.1.3.	Aparato doutrinário quanto à admissibilidade em tese.....	682
8.1.3.1.	Posicionamentos que negam a admissibilidade de convenções atípicas.....	684
8.1.3.2.	Posicionamentos que admitem a negociação atípica, mas subordinam-na à condição de não causar prejuízo ao trabalhador.....	686
8.1.3.3.	Posicionamentos que admitem a negociação atípica, mas subordinam a conveniência do pacto ao controlo do magistrado.....	689
8.1.3.4.	Posicionamentos que admitem a negociação atípica, mas que o condicionam em função do tipo de interveniente em causa.....	691
8.1.3.5.	Posicionamentos que admitem a negociação atípica de forma generalizada.....	693
8.1.3.6.	Posicionamentos que admitem a negociação atípica, mas condicionando-a a intermédio sindical – ACT/CCT.....	699
8.1.3.7.	Posicionamentos que admitem a negociação atípica, mas condicionando-a à mera regulação de normas procedimentais.....	701
8.1.4.	Posição adotada.....	702
8.1.4.1.	Quanto à favorabilidade do negócio.....	702
8.1.4.2.	Quanto à necessidade de homologação judicial.....	702
8.1.4.3.	Quanto à intervenção sindical.....	708
8.1.4.4.	Quanto ao necessário acompanhamento técnico.....	713
8.1.4.5.	Quanto à restrição à negociação pré-processual.....	714
§ 9.	CONVENÇÕES PROCESSUAIS <i>EM ESPÉCIE</i> NO PROCESSO DO TRABALHO.....	719
9.1.	Convenções processuais típicas previstas na <i>legislação trabalhista</i>	719
9.2.	Convenções processuais típicas <i>previstas no CPC</i> aplicáveis ao processo do trabalho.....	722
9.2.1.	Foro de eleição e prorrogação consensual da competência – arts. 63 e 65 do CPC <i>ex vi</i> art. 15 do CPC.....	722
9.2.2.	Escolha do mediador e de perito – arts. 168 e 471 do CPC <i>ex vi</i> art. 15 do CPC.....	732
9.2.3.	Calendário processual – art. 191 do CPC <i>ex vi</i> art. 15 do CPC.....	740
9.2.4.	Redução e renúncia a prazo – arts. 222, §1º e 225 do CPC, respetivamente <i>ex vi</i> art. 15 do CPC.....	750
9.2.5.	Suspensão do processo e da execução – art. 313, II e 921, inc. I e 922 do CPC <i>ex vi</i> art. 15 do CPC.....	753
9.2.6.	Saneamento consensual e compartilhado – art. 357, §2º e §3º do CPC <i>ex vi</i> art. 15 do CPC.....	758

9.2.7. Adiamento consensual da audiência – art. 362, inc. I do CPC <i>ex vi</i> art. 15 do CPC <i>ex vi</i> art. 15 do CPC	765
9.2.8. Distribuição consensual do ônus da prova – art. 373, §3º do CPC <i>ex vi</i> art. 15 do CPC.....	768
9.2.9. Renúncia e desistência do recurso e aceitação da decisão – arts. 998, 999 e 1000 <i>ex vi</i> art. 15 do CPC	779
9.2.10. Parcelamento do crédito exequendo – art. 916 do CPC <i>ex vi</i> art. 15 do CPC.....	782
9.3. Convenções processuais atípicas aplicáveis ao processo do trabalho pelo art. 190 do CPC	785
9.3.1. Modelo processualista civil	785
9.3.2. Convenções em matéria de mediação e conciliação.....	787
9.3.3. Convenções em matéria de atos e prazos	791
9.3.4. Convenções em matéria de prova.....	795
9.3.5. Negócios em matéria recursal.....	802
9.3.6. Negócios em matéria de execução	803
9.3.7. Outras.....	808
§ 10. A TESE: PELA ADMISSIBILIDADE.....	813
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	817